

*9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 09.02.2006

Ponto 4. **CULTURA**

. 9.ª SEMANA DO LIVRO E DA CULTURA

Ponto 5. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. PISCINAS MUNICIPAIS AO AR LIVRE DE SOURE

. Bar de Apoio - Arrendamento

Ponto 6. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS**

. Rede de Esgotos Domésticos de Piquete, Gesteira, Brunhós e Carvalhal de Azóia

. Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 7. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS**

. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS

. EE em Gabrielos - Granja do Ulmeiro

. Trabalhos a Mais

***9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006***

Ponto 8. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

- . PROLONGAMENTO DE COLECTORES
- . Prolongamento de Colector de Esgotos ao Longo da EN 342-1 em Vila Nova de Anços
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 9. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS

- . CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS
- . Ampliação do Cemitério da Granja do Ulmeiro
- . Prorrogação Graciosa de Prazo

Ponto 10. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . Remodelação da Rede de Águas do Carvalhal de Azóia
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 11. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Construção de Estação Elevatória//Casais de São Jorge - Freguesia de Degracias
- . Ajuste Directo

Ponto 12. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . AQUISIÇÃO DE MOTORIZADAS
- . Adjudicação

Ponto 13. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . Reforço e Remodelação da Rede de Águas aos Lugares das Freguesias de Samuel, Brunhós e ao Lugar do Cercal
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

***9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006***

Ponto 14. **ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**

- . Reforço e Remodelação da Rede de Água de Moinho de Almojarife, incluindo Estação Elevatória
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 15. **ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**

- . Reforço do Abastecimento de Água aos Lugares da Freguesia de Soure (Casconho, Paleão e Rolhão) - 2.ª Fase
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 16. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- . Parque Eólico de Degraças e Rabaçal

Ponto 17. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006**

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 3.ª/3.ª -.

Ponto 18. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

***9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião adiantando que, como habitualmente, iria prestar um conjunto de informações.

*** CULTURA**

No período que decorreu entre a última reunião, e a de hoje, estivemos presentes em várias iniciativas:

- No dia 27 de Abril, estivemos presentes na Tomada de Posse dos Dirigentes da Santa Casa da Misericórdia de Soure recém eleitos; o Programa incluiu também a Bênção de novas viaturas e a apresentação de um livro do Prof. Joaquim Ramos de Carvalho sobre a história da Misericórdia, actos estes que foram presididos por sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Coimbra, D. Albino Cleto;
- No dia 01 de Maio, eu próprio e a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos fomos a Alfarelos, à Sessão Solene Comemorativa do 81.º Aniversário da Associação 1.º de Maio Alfarelense; durante a minha intervenção, além dos parabéns à Instituição Aniversariante, tive oportunidade de fazer um conjunto de considerações sobre o 1.º de Maio, dia do Trabalhador.
- No dia 06 de Maio, realizou-se uma reunião de trabalho com a Junta de Agricultores do Vale do Casconho para podermos aferir/avaliar qual o ponto final da situação no que toca ao investimento de 500.000,00 euros no Sistema de Rega do Vale do Casconho.
- No dia 07 de Maio, estive com o Senhor Vice-Presidente Santos Mota na Associação Cultural e Recreativa dos Simões, no âmbito de uma reunião de trabalho/convívio que visou, entre outras coisas, avaliar qual o ponto da situação do investimento em curso num equipamento virado para a Acção Social que está a ser desenvolvido por essa instituição.

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “era só para complementar a informação que o Senhor Presidente deu por termos estado presentes, em representação da Câmara Municipal, no dia 01 de Maio, na Associação 1.º de Maio Alfarelense. Gostava só de dar nota do espectáculo e saudar o Grupo Coral da Associação 1.º de Maio Alfarelense pela excelente actuação que tiveram, sei que é um grupo muito recente e que tem um nível etário de grande diversidade.

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Maio de 2006

No ano de 1999/2000, era eu então Membro da Assembleia Municipal, foi colocada a possibilidade de realização da feira semanal ao Sábado. Agora proponha ao Executivo Camarário que repensassem essa hipótese não pondo em causa a realização à segunda-feira, porque temos muitas pessoas que trabalham durante a semana e que, certamente, gostariam de frequentar a feira. É uma experiência que poderíamos ter, tenho alguns contactos com alguns feirantes que são muito abertos a esta possibilidade, portanto, deixo esta proposta.

Por outro lado, gostava de levantar aqui uma questão que tem a ver com as casas de banho públicas. Há necessidade, e os municípios fazem-nos saber dessa necessidade, da abertura das casas de banho, no centro da vila; o seu encerramento levanta problemas quer aos municípios, quer aos cafés e restaurantes nessa zona, portanto, saber qual é o problema, a razão de se manterem encerradas e a necessidade de as abrir.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “no fundo levantou duas questões, uma que tem que ver com a feira semanal e outra com as casas de banho. Sobre isto gostaria de dar nota do seguinte a todo o Executivo Municipal: nós temos uma feira semanal à Segunda-feira, que tem a tradição que tem, e que está, digamos, estabilizada. De facto, anos atrás o, então, meu Chefe de Gabinete fez um levantamento de vontades e houve até quem tenha subscrito moções pedindo uma coisa e quem tenha subscrito outras pedindo o contrário mas, devo dizer que, na altura, o entendimento era de que o Concelho deveria manter o Mercado Semanal de Segunda-feira, até porque havia pessoas que criaram hábitos... Por outro lado dever-se-ia, cumulativamente, criar condições, para a realização também de uma feira semanal ao Sábado, de bens não alimentares.

Assim, penso que a proposta faz todo o sentido. Pensamos que essa proposta deve ser sustentada pelas eventuais alterações de natureza regulamentar e das logísticas... e quando falo de alteração falo, evidentemente, nos serviços de limpeza e de controle do mercado decorrentes dessa actividade. Penso que é o repegar de uma questão que foi levantada, que faz sentido que o seja e que será certamente, a curtíssimo prazo, transformada em proposta concreta.

WC's públicos no centro da vila... como sabem, no domínio do investimento em urbanismo, a reabilitação de largos e praças tem vindo a ser desenvolvida por todo o Concelho e também na sua Sede... neste caso, na Praça Heróis Coutinho e Cabral, não foi feita qualquer alteração à praça central; aquele espaço entre a praça e a parte comercial da ourivesaria e da sapataria foi transformada numa zona de calçada, substituindo-se o alcatrão que lá havia, por calçada em patamares e uma faixa para cidadãos com mobilidade condicionada; esse investimento, que teve duas

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Maio de 2006

fases, levou também um equipamento novo, um repuxo... Não obstante toda aquela zona ter sido convenientemente isolada, o entendimento dos técnicos foi de que se deveria ver até que ponto o isolamento era eficaz para não corrermos o risco de estarmos a investir nos WC's e, porventura, acontecer que houvessem deficiências de isolamento que iriam provocar prejuízos em investimentos recentes. De maneira que, como essas casas de banho estão em situação verdadeiramente inadequadas à sua fruição foi desenvolvido, o ano passado, um caderno de encargos e um projecto pelo Gabinete de Desenho da Câmara Municipal, pelo Arquitecto Rui Amadeu; é um investimento estimado em 25.000,00 a 30.000,00 euros, em que é redefinida a distribuição, quer de WC's, quer de lavatórios, em que basicamente se promove uma remodelação total com aplicação de equipamentos "típicos" das áreas de serviço."

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: "no dia 06 de Maio, eu e a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, recebemos no Salão Nobre da Câmara Municipal os 100 participantes no 9.º Encontro de Professores e Alunos do Externato Santiago. Foi um momento interessante de reencontro de pessoas amigas que acabam, muitas delas, por se ver apenas uma vez por ano.

Relativamente aos Campeonatos Regionais do Desporto Escolar que aprovámos apoiar na reunião de Câmara de 20 de Abril, referir que acabou de chegar um fax da Coordenação Educativa da Direcção Regional de Educação do Centro a agradecer todo o empenho da Câmara Municipal no apoio a esta organização. Referem mesmo que "a colaboração da Câmara constituiu na organização e desenvolvimento deste evento desportivo escolar, uma exemplar demonstração de como é possível, com rigor e profissionalismo, estabelecer relações de parceria de forma a proporcionar actividade física devidamente orientada e enquadrada por profissionais da educação aos jovens em idade escolar." Agradecem todo o apoio disponibilizado a esta acção que decorreu no fim de semana de 29 e 30 de Abril e foi directamente acompanhada pelo Senhor Chefe de Gabinete Américo Nogueira.

No dia 04 de Maio, no âmbito da Acção Social, decorreram no Salão Nobre duas reuniões, o Plenário do Núcleo de Inserção e o Conselho Geral do PDIAS, reuniões estas onde foram apresentados os respectivos Relatórios de Actividade em 2005 e os Planos de Actividade para 2006. Naturalmente, são documentos exaustivos mas referir que, no âmbito do RSI - Rendimento Social de Inserção, no ano de 2005 foram activados 137 processos, o que significa que 137 agregados familiares no Concelho de Soure receberam prestação no âmbito do RSI. Referir

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Maio de 2006

que os agregados mais necessitados surgem nas Freguesias de Granja do Ulmeiro, Pombalinho e Soure.

No âmbito do PDIAS, em 2005 foram atendidos 231 casos; os problemas mais prementes têm a ver com problemas económicos, saúde, de natureza pessoal e familiar e também na área do emprego e da habitação degradada. A nível dos Planos de Actividades para 2006 de destacar o reforço no âmbito de apoio a obras em habitações degradadas e, sobretudo, a nível do PDIAS, foi considerado importante reforçar as verbas a atribuir neste âmbito e, naturalmente, continuar a acompanhar os agregados familiares que estão nestas condições de exclusão social. O atendimento é feito por técnicos da Segurança Social, das IPSS's do Concelho, do Centro de Saúde e também da Técnica de Serviço Social da Câmara Municipal, o que passou a ser possível após a implementação do Gabinete de Acção Social, muito procurado no âmbito destas e de outras acções.”

Interveio o Senhor Vice-Presidente Santos Mota dizendo: “no dia 30 de Abril estive, em representação do Município de Soure, na Cerimónia das Comemorações dos 150 anos da Associação Naval de Lisboa. Esta Associação é a maior, em termos de clubes náuticos, da Península Ibérica e a cerimónia decorreu no Rio Tejo, próximo da Torre de Belém. Neste evento assistimos a um festival aéreo sobre o Rio Tejo e a um desfile de trezentas embarcações, entre as quais a da Selecção Nacional de Remo Adaptado que é composto só por atletas do Concelho de Soure. Foi uma cerimónia de grande beleza e com grande dignidade.

Fui convidado para a Tribuna de Honra onde estavam figuras como o Senhor Presidente da República, o Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e outras Individualidades Civas e Militares. Senti-me bastante honrado com esta presença mas, acima de tudo, pelo reconhecimento que foi feito ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Soure, pelo trabalho desenvolvido em prol da modalidade do Remo. Sem dúvida, e passo a imodéstia, Soure é reconhecido a nível nacional e internacional como uma grande potencialidade do Remo Adaptado.”

Interveio o Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos dizendo: “em 2004 saiu uma portaria na qual se legislava sobre a obrigatoriedade das Câmaras Municipais terem um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Como tem vindo a “lume”, até talvez porque estamos a entrar na época de incêndios e fogos, a semana passada, a comunicação social referiu que só 80 Câmaras Municipais entregaram o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. A minha questão directa

***9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006***

era se a Câmara Municipal de Soure já tem o plano elaborado e se já o fez chegar às entidades competentes. No caso de a resposta ser afirmativa, se podia ser disponibilizado uma cópia do mesmo.

Foi também com alguma tristeza que vi, na comunicação social local, uma referência a mais uma Instituição que está sedeadada do Concelho de Soure, nomeadamente o Quartel da GNR, que vai passar a responder ao Destacamento instalado em Montemor-o-Velho. É mais uma das situações em que Soure fica dependente de um Concelho vizinho.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “essa notícia que está a dar sobre mais uma situação de dependência é uma notícia velha e demagógica. A nossa preocupação, mais do que com dependências, acima de tudo, é de resposta mais eficaz... é termos instalações como as do novo Quartel, é termos um número de efectivos no terreno adequado, capaz de melhorar os níveis de segurança e de resto, como sabe, salvo erro em Janeiro de 2005, foi publicada em Diário da República uma decisão do Governo anterior que aumentava o numero de Destacamentos Territoriais, diminuindo o número de Quartéis por cada um... surgia assim um novo Destacamento em Montemor-o-Velho, ao qual o Quartel da GNR de Soure passaria a estar afecto, deixando de estar ao de Coimbra. Se olhar às centralidades espaciais, perceberá logo porque é que há algumas aparentes centralidades, noutros locais, basta olhar à localização geográfica destes Concelhos. Como deve imaginar, apesar de a Câmara Municipal não ter competência para interferir no domínio dessas decisões, é evidente que não nos demitimos de acompanhar, formal e informalmente, o que se estava a passar... este é mais um daqueles casos em que dá muito jeito, quando se está na oposição, dizer mais uma que perdemos... não perdemos nada Senhor Vereador, o que estamos é a tentar tudo ganhar em termos de melhoria das condições de segurança, mas reconheço que está a fazer o seu papel com esse tipo de observação. O que importa para os munícipes é a melhoria das condições de segurança decorrente de uma maior capacidade de resposta.

Quanto à questão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios... o que nós temos, para já, não é um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios... esse está a ser preparado no âmbito do Serviço Municipal de Protecção Civil, de acordo com orientações nacionais; temos um Plano Municipal de Emergência que integra também a questão da Defesa da Floresta.

Por outro lado, é do conhecimento público que estão a ser desenvolvidos esforços tendentes à criação de uma Associação de Defesa da Floresta do Concelho de Soure, que visará, em articulação com o Gabinete Técnico de Protecção Civil, dar

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Maio de 2006

resposta a tudo aquilo que são as novas exigências legais em termos de ambiente e de Protecção Civil no que toca designadamente à sua limpeza; por outro lado essa nova Associação deverá apresentar um conjunto de Candidaturas a vários subprogramas do programa AGRIS, numa perspectiva global de entendimento da floresta, não apenas para a proteger mas também em termos ambientais e turísticos. De maneira que estamos no terreno a acompanhar não apenas aquilo que a lei determina, mas também a procurar garantir a capacidade de resposta possível em matéria de incêndios e segurança de bens e pessoas.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “queria começar por recordar aquilo que o Senhor Presidente disse sobre o investimento que está a ser feito na Ribeira do Casconho, um lugar particularmente bonito e com grande potencial económico, não só turístico mas também energético. Aproveitava esse facto para falar de uma questão que, sendo um espaço do domínio privado, me parece que devia ser olhado com outros olhos. Não obstante de ser um espaço do domínio privado, parece-me que merecia da Autarquia, de todos nós, um olhar mais atento para aquele potencial, falo concretamente da Fábrica de Paleão que é propriedade do Senhor Eng.º Belmiro de Azevedo e que encerra, não só a memória de um povo, mas também um potencial que podíamos aproveitar. A esse propósito eu não resisto a ler dois comentários sobre a Fábrica de Paleão, um é do Senhor Belmiro de Azevedo e diz: *“a pressão do consumidor, cada vez mais ansioso de obter tudo mais depressa e com o máximo conforto, leva a que se definam estratégias quase militares para obter o sucesso no tempo exacto. A visão de alguns líderes é muitas vezes catalizadora indispensável para acelerar o processo como tem sido o caso do Programa Espacial Norte Americano, anunciado com grande objectivo nacional”*. Depois aproveito ainda este livro, que aconselho todos lerem, a “Máquina a Vapor de Soure”, que é uma edição da Fundação de Belmiro de Azevedo, que diz: *“em 1884 era Vice-Presidente da Câmara de Soure, o Advogado Evaristo Maria das Neves Ferreira de Carvalho, conhecia naturalmente aquela região. A sua oposição à rotina e à descrença pírronica que grassava na região de Soure, numa altura em que a linha de caminho de ferro se estava a implementar, deu-lhe energia para lutar contra esse desalento.”* Trouxe isto à coação porque me parece que aquele é um local que poderá complementar ou que poderá ser aproveitado, tendo em vista o investimento que está a ser feito, sobretudo perspectivando este Concelho, uma vertente turística que nós, na nossa opinião, devíamos valorizar.

Ainda a propósito desta questão, e aproveitando o turismo, queria perguntar ao Senhor Presidente, de uma forma também clara, qual é o ponto da situação do Restaurante a Várzea. Como sabemos, aquela zona da vila foi alvo de alguns

*9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006*

investimentos públicos e privados, há lá um novo bar que aproveitou a Casa do Rio, há os melhoramentos que lá foram feitos e se é importante perspectivarmos novos projectos, acho que é também importante preservarmos o que já existe e revitalizar. Nesse sentido, penso que seria de todo o interesse darmos nova dignidade ao Restaurante a Várzea e também saber como é que está o chamado “Moinho”, que também foi recuperado com dinheiros de Terras de Sicó, do Programa Leader.

Para terminar, aproveitando que falei do Programa Leader, sei que estão a decorrer nos Concelhos da área de influência de Terras de Sicó as “Jornadas de Sicó”. Houve em alguns Concelhos, uma em Penela onde estive presente e estava prevista uma para Soure que foi procurada por algumas pessoas que eu conhecia e que parece-me que não aconteceu. Gostava de saber o que é que aconteceu nessas Jornadas, se é que aconteceram?

Relativamente à feira que aqui foi falada, o que é importante é que se criem condições com dignidade para que os feirantes possam trabalhar. Já falámos isso numa última reunião, que centrássemos a nossa atenção num dia e não dispersando por vários dias pois sabemos que todo o comércio tradicional está algo debilitado com a abertura de novas superfícies comerciais ou mega superfícies comerciais e o facto de podermos dispersar as feiras por mais de um dia podia não ser o mais benéfico. Pensamos que seria muito mais interessante que nos centrássemos num dia e que esta centralidade fosse acompanhada de um estudo de viabilidade “económica” que nos garantisse que não iremos fazer experiências atrás de experiências, encontrando o melhor dia para que isso acontecesse.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “relativamente àquilo que expendeu a propósito de um aproveitamento de natureza turística daquilo que é a memória de um povo no que diz respeito à Fábrica de Paleão, dizer-lhe que a nossa estratégia a esse nível está a ser muito clara... estamos a tentar aproximar/aprofundar as cumplicidades entre a Câmara Municipal de Soure e o Grupo Sonae. Depois de várias reuniões de trabalho com o Senhor Director de Departamento e representantes da Administração do Grupo Sonae, foi possível convencê-los a investir num pequeno loteamento de moradias unifamiliares e ao mesmo tempo, como área de cedência, que fosse dado à Câmara Municipal todo o terreno onde está a Sede Social do Norte e Soure e mesmo o terreno atrás para nele poder ocorrer mais tarde um investimento complementar num equipamento desportivo. Evidentemente que a Câmara Municipal se disponibilizou para, em sede de alteração ao PDM, através de um Plano de Pormenor, poder vir a colaborar na

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Maio de 2006

eventual possibilidade legal de reafectarmos aquilo que é o espaço onde ainda está o antigo Campo do Cordeiro; isto é, eles admitem a possibilidade, se houver uma reafecção por via de uma alteração ao PDM nessa zona, de poder a própria Sonae pensar, não perdendo de vista a “PEL” Plataforma Empresarial Logística da Figueira da Foz, em poderem aí vir a investir.

Questão do Restaurante a Várzea... há uma coisa com a qual, eu permito-me não concordar, que é quando disse que era preciso dar nova dignidade ao restaurante... penso que não visitará o edifício há muito tempo! O edifício do restaurante da Várzea teve uma candidatura que permitiu um investimento significativo na requalificação do edifício, assim como o edifício do Moinho que já é propriedade da Câmara Municipal. Agora a questão que se coloca é porque é que não definimos uma resposta... Quer queiramos, quer não, foi feita uma segunda experiência, na altura através de uma deliberação unânime da câmara que foi, sob a forma de restaurante, alugar à empresa que explora a Quinta de S. Mateus. Aquilo que se constatou é que, do nosso ponto de vista, com cerca de duas dezenas de restaurantes a funcionar na sede do Concelho, aquilo que deverá ser a orientação a seguir para aproveitamento daquele espaço, não perdendo de vista que ele teve candidaturas para promoção e divulgação de produtos endógenos do Sicó, pode não ter que passar por um restaurante pura e simplesmente.

Estas coisas não podem ser preparadas à pressão porque é preciso encontrar as parcerias adequadas e definir, com transparência e legalidade, os objectivos que se pretendem. O que estamos a preparar é uma parceria em que possamos conseguir que quer o edifício a que normalmente denominamos de restaurante, quer o edifício contíguo onde está o antigo moinho possam vir a dar uma resposta cultural de promoção de produtos endógenos em vários domínios, mas com uma lógica que não comece e acabe no lucro, com uma lógica que tenha muito de turístico e de divulgação do concelho.

Terras de Sicó, Jornadas... os seis Concelhos de Terras de Sicó decidiram criar as “Jornadas de Terras de Sicó” de forma descentralizada e uma em cada Concelho. No Concelho de Soure entendeu-se neste primeiro conjunto, e reconhecido o nosso dinamismo associativo, cultural e não só, que deveríamos aproveitar as jornadas para utilizar o modelo de Soure como “exemplo a seguir e exemplo a mostrar” e é a Dra. Ana Maria Treno quem tem acompanhado isso mais de perto. É evidente que as “Jornadas de Terras de Sicó” também terão o seu momento em Soure... o assunto virá à reunião de Câmara, será ampla e profusamente divulgado e depois esperamos que venha a ter uma participação significativa.

*9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006*

Questão da Feira... depreendi das suas palavras, que a sua opinião é de que deve haver uma opção com a centralização num dia e não em vários porque se devem evitar exemplos avaliadores se é melhor neste dia ou noutro. Devo dizer-lhe que se houve matéria que registou largo consenso foi a da manutenção do mercado semanal da segunda-feira, curiosamente sem fechar a porta ao Sábado... porquê? Porque se entendeu que não se tratava de fazer qualquer concorrência aos comerciantes locais, não se tratava de uma feira semanal para “canibalizar” a outra, tratava-se de dar resposta a estratos “sociais” ou estratos populacionais diferentes; isto é, a feira de Sábado teria o objectivo de permitir àqueles que estão em idade activa, e por isso mesmo não podem ser utentes do mercado semanal de Segunda-feira, terem a possibilidade de também poderem ir à feira.

É evidente que isto não pode ser apenas vontade política de Soure porque para haver feira tem que haver feirantes, um sistema de transportes adequados, limpeza adequada... A questão que se coloca é se os feirantes que habitualmente vêm à Segunda-feira estão ou não preparados para, de acordo com os seus próprios calendários de feira semanal, poderem dar uma resposta. Por isso é que eu disse que a proposta teria que ser sustentada com um conjunto de intervenções que a tornavam sustentável e que nos leva a acreditar que vale a pena ir por aí.

A questão do centrar a questão num dia e não em vários... é uma questão que iremos ter que debater em concreto.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou dizendo: “relativamente quer ao restaurante, quer às questões de Paleão, eu não falei para fazermos à pressão, aliás, eu tive o cuidado de ler um extracto do livro “A Máquina a Vapor de Soure”, onde se diz exactamente que apesar do ritmo acelerado em que vivemos é importante que definamos estratégias claras para obter o sucesso no tempo exacto. Ainda relativamente a Paleão, peço desculpa de estar a insistir nesta questão, mas parece-me que o valor daquele espaço e daquela região vai muito para além da urbanização de um qualquer terreno ou da cedência dos terrenos ao Grupo Desportivo Norte e Soure, que eu acho de toda a valência. O que eu falo é que há ali um potencial que disse turístico, mas também económico. Recordo-lhe que ainda subsiste uma central hidroeléctrica que foi a primeira que abasteceu Soure e Paleão - a primeira povoação a ter energia eléctrica neste Concelho -; existe um conjunto de edifícios que se protelamos no tempo com uma tomada de decisão e a pressão sobre a Sonae, corremos o risco que eles desapareçam e que encerram não só a história mas também algum potencial que poderia ser aproveitado, portanto, não é só a questão urbanística que nos preocupa, é a possibilidade de se criarem ali

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Maio de 2006

postos de trabalho em áreas que, neste momento, não estamos em condições de dizer quais, mas que carece de uma urgente negociação com a Sonae nesse sentido. Relativamente à dignidade do restaurante, Senhor Presidente não existe restaurante, eu conheço o espaço, mas o que eu estava a falar era um espaço onde fosse divulgada a gastronomia local, que tivesse dignidade. Pensamos que era importante que aquele espaço funcionasse, fosse rentabilizado e aproveitado na conjugação de todos aqueles que existem à volta e que em si podem encerrar um conjunto de interesses para o turismo e para aqueles que nos querem visitar.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “sobre a questão das Jornadas de Sicó, efectivamente estamos em contacto com os responsáveis das Terras de Sicó no sentido de vir a acontecer em Soure uma actividade cultural. Não está ainda definida a data, mas iremos ter em Soure uma iniciativa que penso que será bastante interessante.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “sobre Jornadas de Sicó dizer apenas que a orientação política do Conselho de Administração de Terras de Sicó é muito simples: este grupo de Jornadas terá uma jornada temática em cada Concelho e evidentemente cada Câmara está a fazer a gestão conjuntamente com o Gabinete de Acção Local de Terras de Sicó.

Eu não afirmei que o Senhor Vereador disse que era para fazer à pressão, o que disse foi que, justificando porque é que ainda não apareceram as propostas, não vamos fazer à pressão, portanto, é uma clarificação, do meu ponto de vista, desnecessária.

Disse que a sensibilização que está, a sugestão/proposta, é muito mais do que um loteamento. De facto é, agora o que eu lhe disse foi que a abordagem de questões tão importantes como a que referiu só é possível ter êxito num quadro de aprofundamento de cumplicidade institucional e dei-lhe um exemplo concreto de como estamos a procurar aprofundar o relacionamento institucional. Agora, de forma alguma, estou a dizer que o que se pretende é um loteamento... O Senhor Vereador concordará comigo que a Sonae é tudo menos uma instituição filantrópica, evidentemente que a Sonae estará disponível para questões que têm a ver com postos de trabalho... mas se perceber que isso lhes permite ter lucro... faz-nos lembrar aqui há uns anos a Direcção do Clube Desportivo Norte e Soure que dizia que já tinha garantias de que a Sonae lhes dava a sede social... quem acabou por dar foi a Câmara Municipal... já foi deliberado em reunião de Câmara. Estamos a avançar, a perceber qual é a vontade e a disponibilidade, a perceber se

*9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006*

eles têm vontade ou estão a ver algum filão que, dando resposta a questões que consideremos interessantes do ponto de vista concelhio, também vão de encontro aos objectivos que são os da Sonae, não são os nossos, mas que devemos tudo fazer para que haja cruzamentos entre os nossos objectivos e os da Sonae.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “tenho acompanhado as explicações que são feitas por vossa excelência e pelos Senhores Vereadores sobre aquilo que tem sido a última quinzena em termos de trabalho autárquico. Cada um de vós, e muito bem, dá nota ao executivo das deambulações que fez pelo Concelho, em actividades interessantes do Município, dos contactos que fez, das iniciativas que levou a cabo e permita dizer-lhe que perante essa constatação, perante esse relato que vou ouvindo em todas as sessões, há uma dúvida que me assiste e que gostaria que vossa excelência tentasse dissipar. Neste momento há um quadro político conhecido aqui no Concelho de Soure, além de vossa excelência há mais três Vereadores a tempo inteiro, há outros três Vereadores, que somos nós, que estamos na oposição sem tempo definido e aquilo que gostaria que me elucidasse é sobre quais são os pelouros atribuídos por vossa excelência a cada um dos vereadores que desempenham funções a tempo inteiro.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “antes da questão concreta que colocou e à qual já irei responder, disse que tem assistido com muita atenção àquilo que tem sido a nossa explicação sobre o trabalho autárquico na última quinzena... mas atenção, o trabalho autárquico na última quinzena não é, nem de longe nem de perto, apenas aquilo que nós aqui referimos... são as presenças que ocorreram em termos de representatividade municipal, ou investimentos que tiveram o seu início, o seu epílogo ou acções que começaram e se esgotaram nesse período, mas há dezenas de acções em curso que não estamos permanentemente a dar nota de como é que elas estão a evoluir; é preciso que tenhamos sempre noção que o trabalho autárquico da última quinzena está longe de ser apenas o que é referido sobre presenças no Período de Antes da Ordem do Dia.

Quanto à questão concreta que levantou... como sabe a lei não fala em pelouros, fala em delegação de funções e a minha opção, neste mandato, foi a de sempre, isto é, produzi despachos, que são públicos, em que subdelego nos vereadores em regime de permanência as minhas competências próprias e subdelego as minhas competências delegadas, nas minhas ausências e impedimentos... ou seja, não há nenhuma distribuição jurídica de pelouros, há uma unidade estratégica central no presidente e depois o que há é vereadores que, não deixando de acompanhar o que

*9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006*

se passa na Câmara porque estão em regime de permanência, têm naturalmente áreas que acompanham de forma mais próxima, com responsabilidades mais directas.

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota, entre outras coisas, acompanha muito de perto tudo aquilo que se passa em termos de investimento público por administração directa; acções de investimento que resultam de parcerias objectivas entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia; investimentos infra-estruturais em curso e sobre o estado das infra-estruturas através das quais prestamos serviço.

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno acompanha muito de perto o que se passa na Educação, Cultura, Acção Social e na Saúde.

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, gradualmente, aparecerá, e está naturalmente com essas funções, em tudo aquilo que tem que ver com Urbanização e Urbanismo cruzado com Acção Social; tudo aquilo que tem que ver com a aposta no investimento e na formação de todo o quadro de pessoal.

Referi, assim, algumas áreas cuja responsabilidade está atribuída aos Vereadores em regime de permanência, o que não os demite de procurarem acompanhar as outras, mas é evidente que há uma unidade estratégica que tem que assentar na política municipal aprovada em sede de PPI e de Orçamento. Portanto, esta é a estratégia habitual, sendo que, como sempre, compreendemos e “lemos” com atenção os resultados autárquicos, a vontade manifestada no Concelho, nas últimas eleições.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “existe um estranho “síndrome” que neste momento perpassa pelo país, as Portuguesas são obrigadas a ter os filhos onde o Governo quer, nomeadamente o caso das mulheres de Évora que vão ter os filhos em Espanha, situação inédita, porventura, em todo o mundo. Portugal tem algumas situações que nos levam a pensar que muitas vezes a legislação, a doutrina, o pensamento político é feito ao inverso daquilo que é o sentimento nacional, não quero dizer com isto que, o facto de os filhos das mulheres de Évora nascerem em Badajoz, não tire a nacionalidade a essas crianças mas, de qualquer maneira, é no mínimo estranho. Isto vem no seguimento e à coação porque vossa excelência referiu, no caso da GNR, que o que interessava era a segurança e não a centralidade... infelizmente, no Concelho de Soure, a centralidade nunca... O anterior governo investiu na construção de um novo Quartel para a GNR; temos óptimas instalações mas não temos capacidade de comando e de decisão imediata porque estas “passaram” para Montemor-o-Velho. Agradecia que me desse um bom exemplo para ficarmos convencidos... mas

*9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006*

acredite que desejo que esse não seja um exemplo que passe para um bom exemplo de outro Concelho vizinho.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “os munícipes de Soure podem estar tranquilos que se aparecer um ladrão a roubar ou alguém a bater-lhes não têm que ir a Montemor-o-Velho “bater à porta” ou a reclamar forças de segurança. Penso que já percebeu com este exemplo muito concreto que aquilo que disse sobre Maternidades não tem a menor comparação, do meu ponto de vista, com o assunto da GNR. É demagógica, desde logo, porque quando o investimento feito pelo anterior Governo, na sequência de um processo que atravessou vários Governos e que teve como ponto aglutinador dos mesmos a capacidade reivindicativa dos executivos a que presidi...convirá que vossa excelência não perca de vista esse pormenor porque esse é que é o pequeno/grande pormenor desse investimento... é evidente que quando se decidiu, já lá vão uns anos, a construção deste novo Quartel, a questão nada teve a ver com a criação de novos Destacamentos Territoriais, decisão publicada em Diário da República no início do ano anterior. Nessa altura, aquando da criação de novos Destacamentos Territoriais é evidente que solicitei explicações, que falei com o Comandante da GNR de Soure, troquei impressões com aquele que é agora o Coordenador Distrital de Combate a Incêndios... percebi que havia uma lógica de centralidade geográfica que, se calhar, em vez de me estar a “bater” contra ela, dever-me-ia “bater”, quer pelo apressar da construção do novo Quartel quer, acima de tudo, pelo aumento do número de efectivos e de meios, portanto, o que eu quis dizer não foi que me é indiferente a centralidade, quis dizer é que há centralidades que não se entendem e outras que até se percebem, mas aquilo que nos preocupa é que haja investimento e mais meios que permitam resolver melhor o problema que lhe está subjacente, neste caso o da segurança.

Em matéria de segurança aquilo que me continua a preocupar é, por exemplo, a resposta deficiente que está a ser dada pelo Ministério à cobertura em termos de Alfarelos/Granja do Ulmeiro particularmente, Granja do Ulmeiro, pelas particularidades urbanas, por ser um entroncamento ferroviário e que, do nosso ponto de vista, não obstante o aumento de meios aqui em Soure, ainda não tem a resposta adequada, sendo certo que, por razões óbvias e de proximidade, só poderá melhorar com a mudança de Destacamento Territorial...

Depois quando diz que há poucas coisas que dependem do poder de Soure... se pensar na Educação, qual é a diferença para a autonomia ou a falta dela nas Escolas de Soure e de outros Concelhos? Se pensar no Desporto... nas IPSS's... só se for

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

porque a rede de cobertura é melhor; se pensar na Saúde...o difícil é o Senhor Vereador encontrar um exemplo que traduza aquilo que me quis dizer porque eu dir-lhe-ia que o engraçado trocadilho que usou foi feliz, mas um trocadilho que é exactamente aplicável à mensagem contrária ao que nos tentou transmitir.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 09.02.2006

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “reconheço o trabalho “herculo” que os funcionários que dão apoio à presidência têm, no sentido de transcrever tudo aquilo que se diz na reunião de Câmara para o papel, reconhecendo também a dificuldade que há na percepção de algumas palavras ditas mais rapidamente. Há algumas imprecisões que acho que deveríamos ter mais em atenção se nos fosse dada a possibilidade de transcrevermos algumas das expressões que usamos para a linguagem escrita, tanto mais que vemos que existe aqui uma dualidade de pontuação e o que perdura no tempo são as actas.

A minha sugestão é que nos fosse facultada uma forma de podermos fazer as nossas correcções para depois serem introduzidas.

Aproveito ainda a ocasião para dizer que víamos com bons olhos que as actas nos chegassem não com três meses de distanciamento relativamente à avaliação da reunião mas com distância temporal inferior. Acredito que o Senhor Presidente poderá libertar de outras funções os funcionários que fazem as actas para que possam chegar num período mais razoável de tempo às nossas mãos, de maneira a que a nossa memória ainda esteja bem avivada daquilo que foi discutido.”

O Senhor Presidente referiu que: “neste caso em concreto, mesmo com a acta aprovada, o Senhor Vereador certamente fará chegar aos serviços as correcções e eles tratarão de as fazer, isto sem prejuízo de, no futuro, tanto quanto possível, uns dias antes, lhes darem cópias, a cada um, das intervenções que fizeram.

Isto leva-nos a uma segunda questão... de facto, em todas as auditorias que tivemos, e a última foi há quatro anos, se há coisa que os auditores nos têm

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

alertado que não concordam é exactamente com a extensão das actas. É natural que venhamos a abordar a possibilidade de a acta relevar apenas aquilo que foi deliberado sendo que, qualquer Vereador e eu também, aquilo que quiser que fique relevado em acta entregue por escrito. É uma metodologia usada por muitos executivos, isto é, aquilo que cada um quer que conste da acta é entregue por escrito, desde que aquilo que entregue não seja completamente diferente do que disse...”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta. -----

Ponto 4. CULTURA

. 9.ª SEMANA DO LIVRO E DA CULTURA

O Senhor Presidente referiu que: “esta já é uma daquelas iniciativas concelhias que marca, de forma indiscutível, o calendário cultural do Concelho; já vamos no 9.º Certame o que, mais do que as minhas palavras, é a prova provada de que esta é uma iniciativa que se consolidou. Este ano, temos um conjunto de dezanove acções que se traduzirão num investimento que deverá rondar os 12.000,00 euros. Esta iniciativa, mais uma vez, terá a apresentação de uma Candidatura ao Programa Leader.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “os objectivos subjacentes a esta iniciativa continuam a ser os mesmos: dar continuidade à linha de actuação da Autarquia no âmbito da criação de hábitos de leitura e da sedução para o prazer de ler; sensibilizar para propostas culturais diversificadas; continuar a promover o envolvimento cultural de toda a comunidade do Concelho, integrando também todos os níveis etários e reforçar, no plano cultural e educativo, a coesão concelhia.

Do programa gostaria de destacar algumas actividades: a Feira do Livro; os espectáculos infantis específicos, quer para o pré-escolar, quer para o 1.º ciclo, e aqui destacava o facto de ser este ano protagonizado pela secção infantil do Teatro “*Artes de Palco*” de Vila Nova de Anços; o encontro com três escritores, Ana Macedo, Isabel Ricardo Amaral e Mafalda Moutinho. Sendo uma Semana do Livro, nada melhor do que pôr os nossos alunos em contacto com aqueles que escrevem para públicos muito específicos. Vão estar envolvidos alunos de 2.º e 3.º Ciclo; também o ensino secundário poderá assistir ao espectáculo “*Maldita Matemática*”.

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Maio de 2006

Haverá uma exposição na Biblioteca Municipal, subordinada ao tema “*Água*” que se insere no Programa Integrado de Promoção da Leitura. Foram também abertos três concursos: “*Água = H₂O*”, um dirigido ao pré-escolar, na área do desenho, outro ao 1.º CEB, na área do texto e outro no âmbito da fotografia dirigido ao 2.º Ciclo. Haverá um workshop subordinado ao tema “*Nós e a Sexualidade*” para os alunos de 3.º Ciclo.

Destacaria ainda a realização de quatro concertos: um espectáculo que marca a sessão de abertura em que estará a Orquestra Juvenil Vilanovense; dois Cafés Concertos, um dedicado a Mozart e outro ao Jazz e também com a participação da Orquestra Arte Nova de Soure; no Sábado, o concerto mais dedicado à música clássica com a Orquestra Clássica do Centro, com participação especial do guitarrista Pedro Caldeira Cabral; haverá ainda um espectáculo de teatro que será protagonizado pelo Grupo de Teatro do Cercal.

Esta semana culminará com a recriação da Feira à Moda Antiga em que participam os Grupos de Folclore, IPSS's, Teatro e Escolas do Concelho.

De todo este programa gostaria de salientar a participação e o envolvimento directo de muitos grupos culturais e de instituições concelhias das mais diversas vertentes. É uma forma de reforçarmos, quer no plano cultural, quer educativo, a coesão concelhia e dar também lugar a que as nossas instituições mostrem aquilo que de melhor sabem fazer, o seu empenho e o seu dinamismo.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “quando há pouco falei sobre o Moinho, tinha toda a pertinência, por exemplo, o tema água, que fosse aproveitado aquele espaço para o conjugar com esta situação porquanto é uma actividade que grande parte dos nossos jovens desconhece. Quando falei na dinamização transversal daquele espaço, referi-me exactamente a situações como esta em que temos que rentabilizar o património e as potencialidades existentes não especificamente numa acção, mas transversalmente.

De facto, o programa está bem explícito mas parece-me, no meu entender, que se fosse acompanhado pela respectiva cabimentação orçamental de cada uma das actividades que estão aqui propostas, era mais fácil de perceber e enquadrá-la no Plano. Isto é uma planificação que devia trazer anexa, na nossa perspectiva, a quantificação financeira de quanto é que cada uma destas actividades custará e, evidentemente, depois seria mais fácil encontrar o global da acção.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno continuou dizendo: “no Plano Plurianual de Investimentos existe uma rubrica específica na área da Cultura que é a

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

“Semana do Livro e da Cultura” que está orçamentada em 15.000,00 euros e há um orçamento previsto de 13.000,00 euros.

Relativamente à questão dos Moinhos gostaria de relembrar a acção que decorre diariamente na Biblioteca Municipal e que articulámos com o tema do concurso “Água = H₂O”, porque todas as escolas do nosso Concelho, a nível de pré-escolar e 1.º Ciclo, estão a assistir à acção “Águas Passadas que Movem Moinhos”, em que as crianças são sensibilizadas para a questão da água e, a nível do património no Concelho de Soure, para a importância dos recursos naturais existentes no Concelho, designadamente, os Rios, a Levada, os Moinhos.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Programa proposto, assim como as despesas dele decorrentes. -----

Ponto 5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . PISCINAS MUNICIPAIS AO AR LIVRE DE SOURE
- . Bar de Apoio - Arrendamento

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
BAR DE APOIO ÀS PISCINAS MUNICIPAIS
ARRENDAMENTO

Dada a necessidade de assegurar a instalação de um bar de apoio às Piscinas Municipais, durante o período que medeia, sensivelmente entre a última quinzena de Junho e a primeira de Setembro, sugere-se a abertura de um concurso público, seguindo, com as necessárias adaptações, o procedimento previsto no Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

No que respeita à competência para desencadear este procedimento, tendo em conta que se trata da locação de um espaço anexo àquele equipamento municipal, e dado o valor da mesma, ela pertence à Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Elaborou-se um Programa de Concurso e Caderno de Encargos que contém, de forma clara e transparente, toda a regulamentação que irá obedecer, designadamente, a escolha do contraente.

Sugerimos, a publicação do anúncio no Jornal “O Popular de Soure” e no “Diário de Coimbra”.

Deste modo sugerimos:

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

- 1. Recorrer à figura do concurso para a escolha de um interessado na realização de um contrato de arrendamento para a exploração de um bar de apoio num espaço anexo às Piscinas ao Ar Livre de Soure, durante o período acima referido;**
- 2. Aprovar o programa de concurso, caderno de encargos e anúncio em anexo.**

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
08.05.2006

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, as Piscinas Municipais ao Ar Livre funcionam num período que decorrerá de 15 de Junho a 15 de Setembro; para além do funcionamento propriamente dito, tem havido lugar à concessão/exploração de um pequeno bar de apoio. Esse bar de apoio funciona, normalmente, num pré-fabricado considerado com condições adequadas à prestação do serviço.

Assim, o que eu proponho é que se aprove a abertura de concurso público para o arrendamento do bar de apoio ao funcionamento das Piscinas Municipais ao Ar Livre.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 6. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

- . Rede de Esgotos Domésticos de Piquete, Gesteira, Brunhós e Carvalhal de Azóia**
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE - REDE DE ESGOTOS
REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DE PIQUETE, GESTEIRA, BRUNHÓS E CARVALHAL DE AZÓIA
RECEPÇÃO DEFINITIVA - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO

Por deliberação de 29.11.2000, a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de recepção definitiva nos termos do artigo 208.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12, bem como a extinção da caução e restituição dos depósitos e quantias retidas a que se refere o n.º 1 do artigo 218.º do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

(Marcus Tralhão, Dr.)
24.04.2006

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do presente auto para efeitos da recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 7. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

- . CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS
- . EE em Gabrielos - Granja do Ulmeiro
- . Trabalhos a Mais

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE - REDE DE ESGOTOS
CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS
EE EM GABRIELOS - GABRIELOS
TRABALHOS A MAIS

A execução da empreitada acima referida implica a aprovação de **trabalhos a mais** no valor de **2.418,76 euros** que se enquadram no disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

Não ultrapassando o valor dos trabalhos a mais 15% do valor de contrato de empreitada, a Câmara Municipal poderá emitir decisão favorável à realização desta nova despesa sem necessidade de apresentar proposta fundamentada instruída com estudo realizado por entidade externa e independente, que poderia, em todo o caso, ser também dispensada face aos valores envolvidos, tudo nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março.

Face ao exposto sugerimos:

A aprovação dos trabalhos a mais constantes da informação em anexo.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
09.05.2006

e

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE - REDE DE ESGOTOS
CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS
EE EM GABRIELOS - GRANJA DO ULMEIRO
TRABALHOS A MAIS - SITUAÇÃO FINAL DA EMPREITADA

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Maio de 2006

A obra em epígrafe, iniciada em 20.01.2006, encontra-se na sua fase final.

Tem como objectivo/finalidade a condução de parte do esgoto doméstico produzido na Granja do Ulmeiro, para a ETAR de Figueiró do Campo, uma vez que esta, em funcionamento, tem capacidade para efectuar o tratamento desse efluente.

Numa extensão de cerca de 60 metros será necessário, em nosso entender, colocar manilhas de betão de diâmetro 500mm, de forma a permitir, por um lado a instalação da conduta elevatória na berma sem comprometer a estabilidade da plataforma, e, por outro, a eliminação dum valeta de grandes dimensões numa zona onde a mesma apresenta condições de insegurança, tanto para peões como para o trânsito motorizado.

Assim, sugere-se a aprovação dos trabalhos a mais incluídos na lista em anexo, bem como dos respectivos custos unitários, considerados razoáveis e aceitáveis para os trabalhos em causa.

A serem aprovados, conduzirão à seguinte situação final da obra:

Adjudicação	64.792,48 €	(documento em anexo)
Trabalhos a Mais Propostos	2.418,76 €	
Relação (T. a Mais/Adj.)=	3,73%	
Valor Final/Global dos Trabalhos	67.211,24 €	

À Consideração Superior,
(Mário Monteiro, Eng.º Civil)
28.04.2006

O Senhor Presidente referiu que: “aprovámos a construção da estação elevatória na zona de Gabrielos que irá permitir que uma parte da rede de saneamento da Granja do Ulmeiro funcione com a Etar de Figueiró do Campo; a construção desta estação elevatória está quase na fase final. Entenderam os técnicos que se justificava um investimento numa extensão de cerca de 60 metros para melhorar as condições, quer de drenagem, quer de segurança, quer de estabilidade da plataforma.

O que eu proponho é que se aprovelem os trabalhos a mais propostos, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais propostos, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 8. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

. PROLONGAMENTO DE COLECTORES

- . Prolongamento de Colector de Esgotos ao Longo da EN 342-1 em Vila Nova de Anços**

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

. Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE - PROLONGAMENTO DE COLECTORES
PROLONGAMENTO DE COLECTOR DE ESGOTOS AO LONGO DA EN 342-1 EM VILA NOVA DE ANÇOS
RECEPÇÃO DEFINITIVA - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO

Por deliberação de 16.03.2000, a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de recepção definitiva nos termos do artigo 208.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12, bem como a extinção da caução e restituição dos depósitos e quantias retidas a que se refere o n.º 1 do artigo 218.º do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
24.04.2006

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do presente auto para efeitos da recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 9. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS
. CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS
. Ampliação do Cemitério da Granja do Ulmeiro
. Prorrogação Graciosa de Prazo

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: SALUBRIDADE - CEMITÉRIOS
CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO - DAS FREGUESIAS
AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA GRANJA DO ULMEIRO
PRORROGAÇÃO DE PRAZO - GRACIOSA

A empresa adjudicatária da obra vem requerer uma prorrogação do prazo contratual, nos termos do ponto 5.2.1. do caderno de encargos, documento que faz parte integrante do contrato outorgado entre aquela Empresa e o Município.

Tendo em conta a informação dos serviços técnicos, não vemos inconveniente no deferimento do presente pedido de prorrogação graciosa.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

(Marcus Tralhão, Dr.)
08.05.2006

e

Assunto: SALUBRIDADE - CEMITÉRIOS
CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO - DAS FREGUESIAS
AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA GRANJA DO ULMEIRO
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Dados da Empreitada:

Adjudicação	75.538,95 €
Data Consignação	13/10/2005
Prazo Inicial	90 Dias
Prorrogação de Prazo (Aprovada em R.C. 29/12/2005)	60 Dias
Prorrogação de Prazo (Aprovada em R.C. 30/03/2006)	45 Dias
Data Conclusão	18/04/2006

Considerando:

- 1 - Que, o prazo de execução da obra se encontra esgotado;
- 2 - O pedido de prorrogação apresentado pelo empreiteiro, em anexo, bem como as razões nele invocadas.

Sugere-se, a aprovação de uma prorrogação graciosa da empreitada com data de conclusão prevista para o dia 17/05/2006 (30 dias).

À Consideração Superior,
(Mauro Alegre, Eng.º)
04.05.2006

O Senhor Presidente referiu que: “está a decorrer na Granja do Ulmeiro uma ampliação do cemitério da Freguesia, um investimento de cerca de 80.000,00 euros. O que eu proponho é que se aprove a prorrogação graciosa de prazo, conforme decorre da informação técnica dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a prorrogação graciosa de prazo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 10. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . Remodelação da Rede de Águas do Carvalhal de Azóia
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA
REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS DE CARVALHAL DE AZÓIA
RECEPÇÃO DEFINITIVA - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO

Por deliberação de 14.03.2001, a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de recepção definitiva nos termos do artigo 208.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12, bem como a extinção da caução e restituição dos depósitos e quantias retidas a que se refere o n.º 1 do artigo 218.º do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
24.04.2006

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do presente auto para efeitos da recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 11. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Construção de Estação Elevatória//Casais de São Jorge - Freguesia de Degracias
- . Ajuste Directo

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA - CASAIS DE SÃO JORGE
ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à execução da empreitada em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO

Relativamente à empreitada em epígrafe sugiro a adopção da modalidade de **ajuste directo (com consulta obrigatória)**, uma vez que o valor estimado para as obras é de **5.734,62 euros**, superior ao limite máximo de **4.987,98 euros** estabelecido para o recurso ao ajuste directo sem consulta obrigatória (*vide* alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02.03).

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Maio de 2006

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação do restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** - (*vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma).

O encargo previsto para a presente empreitada tem em parte cabimento no Orçamento para o presente ano de 2006 pela rubrica **03.03.07.03.03.07** e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de **08.001 2006/136**.

2. PROCESSO

Aprovar projecto e documento em anexo.

3. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugerimos a consulta, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março, às seguintes empresas:

- . **NORVIS, LDA;**
- . **ANOG - Albino Nunes de Oliveira Guardado;**
- . **JRSF - Joaquim Rodrigues S. Filhos, LDA;**
- . **Leirlena - Sociedade de Construções, SA.**

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
08.05.2006

e

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA
CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
“CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA”

As povoações de Casais S. Jorge e Covão das Favas são abastecidas graviticamente através dos reservatórios apoiados nas Degracias.

Esta situação causa alguns inconvenientes, nomeadamente a falta de pressão nas tubagens nos pontos mais elevados e no momento de maiores consumos.

Para solucionar este problema, é necessário a construção de um pequeno anexo nos Casais de S. Jorge, onde irá ser instalado um grupo hidropressor que abastecerá as povoações de Casais de S. Jorge e Covão das Favas.

Trata-se de uma obra incluída no Plano de Actividades para 2006 e tem um valor que se estima em aproximadamente 5.734,62 euros + IVA.

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

À Consideração Superior,
O Técnico
(Evaristo Duarte)
08.05.2006

O Senhor Presidente referiu que: “nós fizemos, na Freguesia das Degraças, um investimento em termos de abastecimento público de Água considerável, mas acontece que, o ano passado, designadamente no Verão, se veio a concluir, mais uma vez, que não tendo faltado a água nos Casais de S. Jorge, nas habitações situadas nas zonas mais elevadas, nos períodos de maior consumo, a água não tinha praticamente pressão nenhuma.

Trata-se da realização de um investimento que visa a construção de uma pequena estação elevatória que irá permitir que, em períodos de maior consumo, mantenhamos uma pressão de água suficiente para que os Municípes possam utilizar os seus aparelhos convenientemente.

Assim, o que eu proponho é que se aprove um ajuste directo para a realização deste investimento.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 12. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

. AQUISIÇÃO DE MOTORIZADAS

. Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA
AQUISIÇÃO DE MOTORIZADAS
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação camarária de **30.03.2006**, foi decidido recorrer à figura da **consulta prévia (a três fornecedores)** como procedimento prévio à adjudicação do fornecimento acima mencionado.

Das três empresas consultadas apresentaram propostas as seguintes:

EMPRESA	EQUIPAMENTO	VALOR	PRAZO
Fernando Cordeiro Figueiredo	Yamaha DT 50	4.497,44	5 Dias
Stand Tralhão	Yamaha DT 50 LC/D	4.460,00	Imediato

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

Tendo em conta o critério de análise de propostas - unicamente o do preço mais baixo -, que a empresa respondeu ao solicitado e o valor da proposta é inferior ao estimado, os serviços técnicos sugerem a adjudicação do presente fornecimento à empresa **STAND TRALHÃO - DE José António Costa Tralhão**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - *vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

O presente procedimento encontra-se dispensado de audiência prévia nos termos do artigo 154.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A **adjudicação** do presente fornecimento à empresa **STAND TRALHÃO - DE JOSÉ ANTÓNIO COSTA TRALHÃO**;
2. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **4.460,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
08.05.2006

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 13. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . **Reforço e Remodelação da Rede de Águas aos Lugares das Freguesias de Samuel, Brunhós e ao Lugar do Cercal**
- . **Homologação do Auto de Recepção Definitiva**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA
REFORÇO E REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS AOS LUGARES DA FREGUESIA DE SAMUEL,
BRUNHÓS E AO LUGAR DE CERCAL
RECEPÇÃO DEFINITIVA - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO

Por deliberação de 16.03.2000, a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de recepção definitiva nos termos do artigo 208.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12, bem como a extinção da caução e restituição dos depósitos e quantias retidas a que se refere o n.º 1 do artigo 218.º do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

(Marcus Tralhão, Dr.)
24.04.2006

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do presente auto para efeitos da recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 14. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . Reforço e Remodelação da Rede de Água de Moinho de Almojarife, Incluindo Estação Elevatória
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA
REFORÇO E REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS DE MOINHO DE ALMOXARIFE, INCLUINDO
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA
RECEPÇÃO DEFINITIVA - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO

Por deliberação de 16.03.2000, a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de recepção definitiva nos termos do artigo 208.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12, bem como a extinção da caução e restituição dos depósitos e quantias retidas a que se refere o n.º 1 do artigo 218.º do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
24.04.2006

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do presente auto para efeitos da recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 15. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . Reforço do Abastecimento de Água aos Lugares da Freguesia de Soure (Casconho, Paleão e Rolhão) - 2.ª Fase
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA
REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AOS LUGARES DA FREGUESIA DE SOURE
(CASCONHO, PALEÃO E ROLHÃO) - 2.ª FASE
RECEPÇÃO DEFINITIVA - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO

Por deliberação de 14.03.2001, a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo estabelecido, propõe-se agora a homologação do auto de recepção definitiva nos termos do artigo 208.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10.12, bem como a extinção da caução e restituição dos depósitos e quantias retidas a que se refere o n.º 1 do artigo 218.º do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
24.04.2006

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do presente auto para efeitos da recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 16. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
. Parque Eólico de Degracias e Rabaçal

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “Senhor Presidente quisemos apresentar um conjunto de documentos que, na altura, tínhamos prometido entregar, fruto de uma carta que dirigimos à Junta de Freguesia das Degracias.

Como poderá ser constatado nas actas, infelizmente, o Senhor Presidente disse que não tinha estado presente em quaisquer reuniões que tivessem decorrido relativamente a este processo.

A nossa carta, no nosso entender, é clara, quer ser um ponto final sobre esta matéria e juntamos/anexamos, para além das actas das reuniões onde são referidos os nomes de vossa excelência e de um alto dirigente deste município, também a resposta que a Junta de Freguesia nos quis fornecer relativamente às questões colocadas.

Muito rapidamente recordava as questões colocadas:

Em que actos concretos se traduziu a acção de dar a conhecer às populações o interesse que este tipo de projectos podem revestir para a Freguesia, concretamente se foi divulgado às populações locais as condições/termos da negociação com a

*9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006*

Eólica ENTREVENTOS, designadamente através de editais afixados nos locais de estilo; a Junta de Freguesia respondeu que, do que sabe, do que tem, não houve qualquer conhecimento, no entanto, numa das actas o Senhor Presidente de Junta diz que também não era necessário, nem sequer a Assembleia de Freguesia debruçar-se sobre a questão.

Como foi acautelada a afectação de receitas provenientes da instalação do Parque Eólico para a Freguesia e, designadamente, considerando o disposto no art.º 36º, n.º 3 da Lei n.º 68/93, de 4 de Setembro (Lei dos Baldios)... também relativamente a esta questão não está muito claro como é que estas verbas foram afectadas, sendo que foram pagas algumas facturas atrasadas. É verdade que depois o contrato é explícito nalguma das afectações destas verbas mas nós não tivemos como saber se, de facto, elas foram afectadas como inicialmente estava previsto no Protocolo.

Em que Protocolo/Acordo/Contrato se consubstancia a cedência dos baldios para implementação do Parque? Caso exista anexar cópia. A Junta de Freguesia anexou dois contratos, um relativo ao Parque Eólico de Degraças/Rabaçal e um outro de que não tínhamos ainda conhecimento, relativamente ao chamado Parque Eólico de Sicó que irá ser implementado na zona dos Casais de S. Jorge e para o qual aconselho a consulta dos documentos que estão disponíveis para as pessoas opinarem. Julgo que já passou o prazo da consulta pública mas, para meu entender, irão estar demasiado próximas das casas dos Casais de S. Jorge e penso que aquelas populações necessitam/precisam de ser ressarcidas dos prejuízos que vão decorrer dos barulhos dos aerogeradores, mas isso a seu tempo o veremos.

A que obras em concreto foram destinadas, também não souberam dar resposta.

Quem foram os empreiteiros dessas eventuais obras. Se não sabiam quais eram as obras, também não sabiam dizer quem eram os empreiteiros.

Pensamos que a anexação destes documentos ao processo clarifica a nossa posição, nos dá razão e, de facto, quando somos apelidados de mentirosos queremos acreditar que isso foi feito não de forma muito clara, se calhar, foi feito de uma forma um bocado impensada. Queremos que a verdade venha ao de cima porquanto só estávamos a dizer a verdade.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “Senhor Vereador, ainda bem que trouxe estes elementos porque, como disse e bem, eles vêm clarificar alguns aspectos que porventura ainda o não teriam sido mas vem, acima de tudo, evidenciar que todas as considerações que tenho feito sobre esta matéria são perfeitamente justificadas e não desmontadas porque concordará comigo que, tendo eu já dito que se tenho

***9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006***

estado 99% concentrado no desenvolvimento e 1% nestes desmentidos, agora já estou a 110% no desenvolvimento, mas os munícipes têm direito à verdade.

A verdade é esta: os Senhores Vereadores eleitos pelo PSD, em Campanha Eleitoral, acusaram a Câmara Municipal de ceder bens do domínio público... a Câmara não cedeu um metro quadrado porque não tinha nenhum!!! acusaram a Câmara de ter feito maus negócios... a Câmara não fez negócio nenhum porque não tinha nada para negociar!!! acusaram a Câmara de ter feito contratos... a Câmara não fez contrato nenhum porque não tinha nada para alugar!!! acusaram que esses contratos eram ilegais e depois vieram dizer que nunca acusaram de ilegalidades... Ficou portanto muito claro que qualquer destas quatro acusações não fez o menor sentido e foram inequivocamente desmontadas, ou seja, foram quatro acusações que entroncam na mesma, que eram mentirosas!!! e tanto assim é que o que os Senhores Vereadores nos vêm dizer, neste momento, que eu teria mentido quando disse que nunca tinha participado em nenhuma reunião com a Junta de Freguesia e que desconhecia o envolvimento de altos responsáveis da Câmara. Nem preciso explicar, pois a própria acta que juntam aos documentos, da reunião de Junta de Freguesia em que eu estive... é uma acta de um acto realizado num fim de semana em que a Junta de Freguesia diz isto: “os membros da Junta de Freguesia convidaram o Senhor Presidente de Câmara com mandato suspenso e o Senhor Presidente de Câmara em Exercício, para assistirem à assinatura de um contrato”... O que eu digo, mantenho e reafirmo é que nunca participei em qualquer reunião, nem tenho conhecimento, nem autorizei que algum responsável da Câmara o fizesse... em qualquer reunião onde se tivessem discutido os termos do acordo a que a Junta de Freguesia das Degraças chegou com a empresa!!!

Também na acta da Sessão da Assembleia de Freguesia das Degraças, em que estive presente o Senhor Director de Departamento, Dr. Marcus Tralhão... Este responsável autárquico, na linha do que eu sempre disse, quando qualquer Junta de Freguesia, qualquer Assembleia de Freguesia pede apoio técnico, determinamos o apoio técnico adequado. O Senhor Vereador, se leu a acta que fez o favor de nos distribuir, constatará que o Dr. Marcus Tralhão disse algo deste género: “estou aqui porque parece que há dúvidas de quais são as competências da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, para clarificar, se for caso disso, e para vos dizer que em contratos desta natureza, no plano jurídico, não podem ter mais de vinte anos... isto é, a presença do Dr. Marcus Tralhão ocorreu, apenas e só, no âmbito de uma política clara de apoio técnico sempre que tal é solicitado”. Portanto, eu não menti!!! e reafirmo que nunca participei em qualquer reunião que tivesse que ver com a discussão dos termos do acordo a que se chegou, não há a menor

***9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006***

contradição entre aquilo que é dito nestas actas e aquilo que tenho dito... pelo contrário, estas actas que os Senhores Vereadores juntaram provam exactamente que é verdade o que eu disse... mas mais, uma vez que então o Senhor Presidente de Câmara era o Senhor Santos Mota, solicitei-lhe que pedisse, por escrito, à empresa que nos dissesse qual foi a reunião preparatória onde eu estive... A resposta, conforme podem ler, foi muito clara... nenhuma!!!

E mais, os Senhores Vereadores juntam aqui um outro contrato com outra empresa que diz o Senhor Vereador e bem, que nem tinha conhecimento... nem eu! Sabe porquê? Porque esta empresa que está a falar ainda não entregou na Câmara Municipal nenhum licenciamento de obra particular e eu vim a saber que também terá idêntico contrato, igualzinho, com a Junta de Freguesia de Tapeus. É só para lhe dizer que as Juntas de Freguesia têm a sua legitimidade, as empresas podem fazer prospecção eólica e a Câmara Municipal licencia, quando é caso disso, obras particulares.

Mas quanto mais não seja, sabe o que é que prova haver essa possibilidade decorrente dos documentos que juntou e que a Junta de Freguesia de Tapeus tem um igual e que eu desconhecia? Prova que naquele Protocolo, que exibiram, que era apenas de adiantamento, sobre o qual um jurista vosso amigo, também candidato do PSD, dizia que aquilo era um contrato de arrendamento com exclusividade para todo o Concelho... e agora até me mostram a possibilidade de aparecer outro empreendimento eólico!!! Esses documentos desmentem mais uma das acusações mentirosas que me foram feitas...

Os Senhores Vereadores podem achar, e estão no direito de o fazer, que a Junta de Freguesia de Degraças legitimamente, porque isto foi em 2004, não foi a oito dias de eleições, possa ter acordado bem ou mal. Quer a minha opinião? Eu que não sabia os pormenores, talvez porque não estava cá na altura, tenho que lhe dizer que, esta é uma matéria sobre a qual deviam ser os membros da Junta de Freguesia de Degraças, e já tiveram duas Assembleias de Freguesia, que aproveitando o facto dos anteriores membros de Junta serem Deputados de Freguesia, a promoverem uma discussão séria e responsável sobre os termos negociais e dizerem como é que teriam feito... mas ainda não o fizeram!!!

Sabe qual é a previsão da receita dos 2,5% da Câmara Municipal? Aparentemente isto irá significar para a Câmara Municipal 10.000,00 euros/mês, se for isso, são 120.000,00 euros/ano, estou a falar com base nos elementos de que já disponho. Se forem 10.000,00 euros/mês, 120.000,00 euros/ano, em 11 aerogeradores, quer dizer que temos cerca de 10.800,00 euros/ano, por aerogerador.

Sabe o que é que a Junta de Freguesia de Degraças acordou? Eles têm apenas 2 aerogeradores em baldio - os outros 9 estão em terrenos privados -... 4.000,00 euros

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Maio de 2006

por aerogerador. A Câmara Municipal, a este ritmo, terá por ano, por aerogerador 10.800,00 euros; mas mais, os terrenos são de cerca de 250 m² por aerogerador e mesmo nos casos em que passam cabos subterrâneos... enquanto na grande maioria dos acordos noutras Freguesias doutros Concelhos, os valores foram sempre inferiores aos 4.000,00 euros por aerogerador, e o que receberam por metro linear onde passa o cabo, foi uma vez só... aqui na Freguesia das Degracias ficam a receber todos os anos uma outra renda!!!, para além dos 4.000,00 euros por aerogerador.

Aquilo que me foi transmitido, porque tive que fazer uma série de contactos, uma vez que não conhecia os contratos, é que não nos cabe a nós aqui, em sede de Câmara Municipal, avaliar aquilo que legitimamente foi um contrato subscrito pela Junta de Freguesia de Degracias, mas posso opinar. Neste momento, afigura-se-nos, pelos elementos que disponho, que fizeram uma negociação absolutamente correcta com a dificuldade acrescida de serem apenas 2 aerogeradores. Tanto assim é que na esmagadora maioria das entidades com quem esta empresa contratou acordos, os valores foram inferiores ou iguais, havendo apenas 2 ligeiramente superiores.

Mas, esta é uma discussão que poderá fazer mais sentido na Assembleia de Freguesia de Degracias e penso que a Junta de Freguesia deveria discutir isso aproveitando o facto de estarem na Assembleia de Freguesia os que fizeram estes contratos. Mas volto a dizer-lhe que o que estamos aqui a discutir, e que eu não tenho o menor problema em discutir, não esconde que, a não ser que os jornais tenham mentido, a Câmara Municipal foi acusada de ceder bens do domínio público e não cedeu... que a Câmara Municipal foi acusada de ter um contrato de arrendamento e não o fez... que a Câmara Municipal foi acusada de ilegalidades e não as cometeu!!!

Os elementos que trouxe a esta questão das Degracias permitem-me reafirmar que não participei em nenhuma reunião preparatória de discussão dos termos do acordo... a presença de um Director de Departamento numa Sessão da Assembleia de Freguesia, nessa como em muitas outras, mesmo que não fique em acta, tem apenas a ver com a política habitual da Câmara: sempre que alguém pede apoio técnico, nós disponibilizamo-lo...

Portanto, Senhores Vereadores, só vos agradeço o terem permitido este esclarecimento adicional, porque o que aqui está em nada desmente os desmentidos que fizemos, pelo contrário, o assunto já está desviado para a Junta de Freguesia, mas recorde-lhe que a Junta de Freguesia de Degracias tinha total legitimidade para fazer o contrato que fez e que ele resiste a qualquer comparação com outros contratos. Há uma coisa que não resiste, é a comparação com contratos que são de natureza virtual porque ainda lá não existe nada e julga-se que não existirá.

*9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006*

E mais, convido-o a pedir à Junta de Freguesia de Tapeus que lhe dê também um contrato igual com essa empresa que eu não conheço, “Empreendimentos do Sicó”, que está numa base exploratória e que não tem cá nada e verifique se a Junta de Freguesia de Tapeus não assinou exactamente um contrato nas mesmas condições. É só para lhe dizer que não podemos ter dois pesos e duas medidas de avaliação, mas são contratos que ainda carecem de duas coisas: que essa empresa tenha autorização para a actividade, do Ministério da Economia, não sei se tem se não tem, e que tendo-a venha aqui à Câmara Municipal pedir o licenciamento de obras particulares, que ainda não veio.

Aliás, também na questão das Pedreiras com a Junta de Freguesia de Tapeus, essa a poucos dias de eleições, não tivemos conhecimento formal, mas iremos ter que avaliar por outras razões...

Tenho que lhe dizer, Senhor Vereador, por muito que me custe, o seguinte: a certa altura os Senhores dizem que a resposta da Junta de Freguesia de Degraças esclarece o desnorte com que a anterior Junta de Freguesia... não, desculpe, se há desnorte tem sido, no mínimo, a forma como os Senhores se têm comportado na abordagem desta questão, isso é que é o desnorte total porque todas as acusações que fizeram no jornal foram desmentidas e têm que assumir que eram mentirosas... seja lá porque foi, porque desconheciam, não estudaram mas que eram mentirosas, está comprovado. Agora vão para a Junta de Freguesia de Degraças e voltaram a não estudar a lição porque os elementos que juntaram aqui provam exactamente o que eu acabo de dizer, eu não participei em nenhuma reunião, nem nenhum alto funcionário do Município, eu nem sei o que é que é isso...”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “acho que tem que haver clareza política no entendimento entre um órgão como o Executivo Municipal. Acho que estamos aqui, no meu ponto de vista, a cumprir, cada um, a sua função, resulta isso do voto popular e, portanto, cada um saberá qual é a função que ocupa aqui.

Quando fui ali fora, no intervalo que vossa excelência solicitou, vi o Jornal Notícias do Centro onde uma Vereadora desta Câmara Municipal diz que está a tempo inteiro e que continua uma autarca da oposição. Isto no mínimo causa alguma perplexidade porque é o desvirtuar completo daquilo que é a sadia intervenção dos eleitos num órgão municipal como é a Câmara Municipal. Acho que as pessoas se apercebem bem de qual deve ser o nosso papel e é notório que cada um desempenhe a sua função o melhor que pode e sabe mas assume-se ou de poder ou

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

oposição, porque o “num” não funciona e vai-me permitir que diga o seguinte, eu estou a falar consigo como Presidente de Câmara para esclarecer aquilo que é o nosso entendimento sobre esta matéria. Nada disto pressupõem qualquer juízo de valor sobre as pessoas, nós estamos a falar de entendimentos políticos, de posturas políticas e as posturas políticas têm que ser assumidas e clarificadas, não tem nada a ver com as pessoas. Com outra pessoa qualquer, seja ela qual for, que me mereça mais ou menos consideração, eu diria a mesma coisa, porque vamos partir do princípio que todos me merecem absoluta consideração, são pessoas que estão aqui porque o povo de Soure entendeu que deviam estar, portanto, assumam o seu papel condizente com aquele que foi o resultado que a população entendeu. Não consigo perceber este título de jornal e como não o consigo perceber... entendo que estou a tentar levar esta discussão para uma discussão meramente política. Não percebo, não o vou comentar, fico-me por aqui.

O Senhor Presidente, mais uma vez, diz que *“não estudaram a matéria”*. O Senhor Presidente, por vezes assume um ar professoral que, vai-me permitir, não é muito condizente com aquilo que deve ser a função de um Presidente de Câmara, tem que se referir aos Vereadores eleitos com outro decoro, com outra atenção, que não mensagens dessa natureza que não colam e que, se me vai permitir, refuto de imediato. Não é assim que as coisas se falam, saberá, tão bem como eu, que esta é uma matéria que, naturalmente, foi abordada em campanha eleitoral, é uma matéria que vossa excelência trouxe à coação novamente passado este tempo todo e que nós estamos a tentar acompanhar, averiguando aquilo que conseguimos averiguar, dando nota daquilo que conseguimos constatar dos documentos que nos foram entregues, e portanto, não pode dizer que não há trabalho de casa, não pode dizer que não há um estudo aturado desta matéria porque esta é uma questão que interessa à população do Concelho de Soure.

O rendimento das eólicas, no meu ponto de vista, é uma mais valia para o desafogo ou para permitir algum desafogo económico que o Município possa passar vir a ter, nomeadamente a Câmara Municipal, para aplicar em investimento público, que devemos saudar.

De qualquer maneira, o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho já disse o que tínhamos a pensar e a dizer sobre esta matéria, se me permitisse, gostava só de lhe endereçar três questões, mas antes disso só uma pequena introdução. O Senhor Presidente diz que não conhece os outros Protocolos, os outros Contratos que estão a ser feitos com outras empresas que estão a intervir na área da serra, se vossa excelência o diz eu acredito, mas então convirá termos em linha de conta que investimentos desta natureza que são investimentos, como outros dirão,

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Maio de 2006

estruturantes naquilo que é um aparte substancial do nosso Concelho, deverão ter, da sua parte, uma atenção mais aturada. Aconselho vivamente que se informe sobre estes projectos que estão a ocorrer na zona serrana do nosso Concelho para que em reunião do executivo possa, quando questionado pela oposição, dar alguns esclarecimentos quando nós acharmos que somos merecedores deles.

O que eu queria dizer é que não é difícil para si consultar estes dossiers, basta pedi-los, não é difícil para si contactar as administrações destas empresas porque, vistas as coisas e analisados os Protocolos ou os Contratos, as duas empresas ficam na mesma rua em Lisboa, na Avenida Fontes Pereira de Melo...

Quanto às questões que eu lhe queria colocar são questões muito directas e que terá a maçada de me responder se conseguir. A empresa do Parque Eólico de Degraças/Rabaçal já começou a facturar à EDP? Gostaria que a Câmara Municipal, oficialmente, questionasse a Junta de Freguesia de Degraças sobre o articulado/combinado/protocolado entre a Junta de Freguesia e a Empresa Entreventos se está a ser cumprido? Aquilo que eu acho é o seguinte: houve um adiantamento de uma verba para a Junta de Freguesia fazer face a alguns trabalhos que teria que desenvolver e que resultariam da entrada em funções da empresa de energia eólica que são mais ou menos 15.000,00 euros para benefício da Freguesia em obras sociais que diz-nos a carta da Junta de Freguesia “obras sociais não se viram nenhuma” porque o dinheiro entrou e foi rapidamente para pagar fornecedores...

O citado Protocolo/Acordo diz também que deverá a empresa desembolsar 15.000,00 euros no pagamento a máquinas para abertura de caminhos. É outra questão que, se calhar, era importante a Câmara Municipal avaliar ou avaliar, é se, efectivamente, algum desse dinheiro já foi aplicado e se já se viu alguma máquina na serra a fazer a abertura de algum caminho.

Depois desta discussão toda que tivemos nestes últimos meses que, porventura, pode começar a enfadar os nossos munícipes, acho que temos que chegar àquilo que pode ser o “sumo efectivo” daquilo que está em jogo nestas empreitadas de grande dimensão que são a colocação de empresas de energia eólica na zona serrana. Acho que aquilo que nós temos que avaliar rapidamente é o compromisso que a Câmara Municipal tem que ter ou assumir na gestão e na direcção destes investimentos porque não podemos deixar, salvo melhor opinião, os autarcas da Junta de Freguesia sozinhos, sem aconselhamento técnico que são merecedores de ter, a negociar com empresas de dimensão internacional, com um poder de compra e com uma capacidade financeira que permite uma negociação que, porventura, pode não ser a mais adequada aos interesses do Concelho de Soure.

*9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006*

Permitia-me só dizer que fiz uma introdução, repito uma vez mais, de sentido extremamente político que não tem nada a ver com as pessoas em causa; segunda situação, são duas questões concretas, as quais gostaria de ver respondidas.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “compreendo que o Senhor Vereador diga, calma e serenamente, vamos discutir perante os contratos que foram subscritos entre a Junta de Freguesia e a empresa, vamos dar, apesar de tudo, algum apoio porque há alguma desigualdade entre o conhecimento de uma e outra instituição e vamos tentar avaliar com serenidade... estou de acordo com isso tudo, mas não poderia ter deixado, de antes, clarificar as questões que foram, do nosso ponto de vista, e como resulta de qualquer análise de documentos, mal colocadas.

Estou disponível para discutir o futuro com a serenidade que lhe está a pôr mas isso não exclui, e o Senhor Vereador já percebeu isso mesmo, que, por deficiente informação, chame-lhe o que quiser porque deu jeito político que, de facto, se tenham, no mínimo, produzido umas quantas mentiras/inverdades. Porque para vocês é indiscutível que a Câmara Municipal não cedeu metro quadrado nenhum, é indiscutível que a Câmara Municipal não tem contrato de arrendamento nenhum...

O Senhor Vereador pode directamente nunca o ter dito mas basta ler as cópias... não me vai dizer como o Deputado Municipal Dr. Rui Cunha que diz que não costuma ler jornais; no fundo, disse-me: “eu não disse aquilo, porque se lesse jornais até os tinha desmentido”. Os Senhores compreendam, daqui a bocadinho não podem os jornais ter publicado tudo o que publicaram e de repente nenhum de vocês disse aquilo mas a verdade é que está lá escrito e na antevéspera de eleições...

O Senhor Vereador disse: “está aqui o Contrato” e o título é “PSD Mostra Contrato de Exploração”... o que mostrou é um simples contrato de adiantamento com duas cláusulas; não mostrou nenhum contrato de exploração nem de arrendamento!!! Nunca disse que não tinha um Protocolo, ele até era público...

O que se pretendeu, manifestamente, foi dizer que a Câmara Municipal tinha um contrato de aluguer, de cessão de exploração... e se me perguntar se foi politicamente bem trabalhado... depende da perspectiva, há determinadas matérias que, sinceramente, não ia por esse caminho. Fui por este caminho para clarificar, esclarecer de vez os Munícipes e hoje estou tranquilo... a Câmara Municipal não cedeu, a Câmara Municipal não tem contrato nenhum de arrendamento, a Câmara Municipal não cometeu nenhuma ilegalidade. No que toca à Junta de Freguesia de Degraças, porque lhe reconheço legitimidade para isso... a sensação que me dá, e é a minha opinião, é de que muito dificilmente outra Junta de Freguesia teria

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Maio de 2006

negociado melhor... podia ter negociado igual, gostaria até que aqueles que dizem que ela negociou mal que nos dissessem como é que teriam feito...

Os elementos que juntaram aqui só são mais uma ajuda ao comprovarem que, de facto, neste processo, estive completamente arredado e a Câmara Municipal teve o comportamento, do nosso ponto de vista, que tinha que ter. Essas acusações foram todas gratuitas, mentirosas, sem jeito nenhum e não resistem à menor confrontação com factos. Os jornais, pelos vistos, são todos uns mentirosos e estou à vontade para repetir isto na frente dos jornais todos, sabe porquê? Eu não vivo dos jornais, para os jornais... eu vivo para responder, de forma responsável, perante a confiança que em mim, há doze anos, os Municípes depositam... eu ganho eleições neste Concelho há doze anos e tenho a responsabilidade de continuar a não defraudar as expectativas e a confiança em mim depositada. Compreenda que tenho um “peso” maior do que o vosso, sem questionar a vossa legitimidade democrática, nem de longe nem de perto.

Quanto às questões concretas que me colocou, o Senhor Vereador pergunta se eles já começaram a trabalhar. A partir de Novembro nós recebemos um mapa da Entreventos onde constam os valores que nos parece devam ser os 2,5%, porque eles dizem que isso são valores a descontar nos 250.000,00 euros; por isso é que eu estou a dizer que deve dar média de 10.000,00 euros mês, porque ao longo destes três/quatro meses, foram-nos enviados “mapas”: em Agosto tivemos 4.000,00 euros, em Setembro tivemos 8.000,00 euros, dá impressão que há mais vento ou porque os aerogeradores não começaram todos a trabalhar ao mesmo tempo e agora, em Dezembro/Janeiro dá 10/11.000,00 euros.

A informação que tenho é que eles começaram, ainda que faseadamente, a produzir energia e a vender à EDP em Agosto e, portanto, até Julho irão pagar à Junta de Freguesia os 4.000,00 euros por cada um e os 20,00 euros por metro linear...

Connosco do que é que se trata? Estou a aguardar, muito honestamente com curiosidade, para perceber se esta coisa de ventos tem uma média ou se oscila muito mês a mês para ter até uma noção de qual é o rendimento/ano e poder perceber como é que devemos actuar.

Também li que a empresa teria dado 15.000,00 euros e que se comprometeu a dar outros 15.000,00 euros em máquinas... evidentemente, se a Junta de Freguesia solicitar apoio à Câmara Municipal dizendo, por exemplo, eles ainda não fizeram os 15.000,00 euros em máquinas, a Câmara Municipal naturalmente que enviará uma carta dizendo *“a nossa Junta de Freguesia fez-nos chegar cópia deste contrato, um dos compromissos assumidos prende-se com isto, deram-nos nota de que não está honrado e gostaríamos de ter uma reunião sobre isto porque, naturalmente, achamos que os compromissos são para*

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

honrar”. Não sei se deva ser a Câmara Municipal, de motu próprio a substituir-se à Junta de Freguesia; agora, estamos absolutamente disponíveis, mas não estou à vontade para me pronunciar sobre este assunto, por falta de elementos.

Estamos absolutamente disponíveis para ajudar, sempre que qualquer Junta de Freguesia nos solicite... agora, colaboração para além do apoio técnico/jurídico, só se isso for expressamente solicitado porque a última coisa que eu quero é que se diga que foi o Presidente de Câmara ou o Vereador ou a Vereadora que andou a dizer que aluga por X ou por Y! Isso não, porque sabe que isso se prestaria a um conjunto de interpretações a que eu, sinceramente, não estou disponível para me sujeitar.”

Interveio o Senhor Vice-Presidente Santos Mota dizendo: “tenho algumas dúvidas sobre se os Senhores Vereadores do PSD são a favor da energia renovável. Há uma preocupação tão grande em termos negociais e penso que se fossem poder numa Freguesia serrana, em particular a Freguesia das Degracias, ponho muitas dúvidas se esta energia renovável seria uma realidade. O meu nome também está em questão porque na altura era o principal responsável da Câmara Municipal, e por isso fui convidado para estar presente numa reunião formal pelo executivo da Junta de Freguesia das Degracias. Custa-me ouvir que a Junta de Freguesia fez um mau negócio, é um Executivo que conheço muito bem, são pessoas idóneas, e trabalharam muito em prol do desenvolvimento da sua Freguesia. Tinham um senão, eram demasiados persistentes e exigentes em termos de município e sei que eram muito e muito mais exigentes com a empresa Entreventos.

Penso que é da maior injustiça este tipo de afirmação não devemos mandar cá para fora aquilo que nos bem apetece. Há situações que tolero e compreendo perfeitamente, situações a quente onde muitas vezes se dizem, no meio da discussão, algumas incorrecções contudo há frases pensadas e que depois são escritas do género “mais depressa se apanha um mentiroso que um coxo”. São frases de muito mau gosto e, acima de tudo, ironizar à custa de pessoas portadoras de deficiência, penso que não é bonito nem correcto.

Agora o que eu gostaria de pedir a todos nós é que fossemos todos menos poetas, menos românticos e, acima de tudo, fossemos mais dinâmicos, mais activos e mais humanos.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “a nossa referência à Junta de Freguesia de Degracias advém da carta que a mesma nos enviou; os

**9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006**

comentários são da Junta de Freguesia de Degracias, portanto, daí os epítetos e a sua adjectivação não pega.”

O Senhor Presidente referiu que: “este ofício subscrito pelos Vereadores do PSD diz o seguinte: *“a resposta da Junta de Freguesia de Degracias (em anexo) esclarece, de igual modo, o desnorte com que...”* a adjectivação do “desnorte” é vossa, com todo o respeito... não é a Junta de Freguesia de Degracias que está a dizer que os antecessores estavam desnorteados, os Senhores Vereadores é que concluem mal, do meu ponto de vista, porque não dizem que outro negócio ou acordo deveria ter sido feito. Do meu ponto de vista, estão a adjectivar de forma injusta um processo onde, por aquilo que me é dado ver, comparativamente com milhares de casos, pelos vistos, mesmo sem apoio a esse nível, eles terão salvaguardado bem os interesses da Freguesia. Essa é uma matéria, com todo o respeito, que deveria ser a Junta de Freguesia a debater na Assembleia de Freguesia...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “a expressão “desnorte” porventura pode ser muito pesada, acho que também não ficará mal aliviar esse adjectivo. De qualquer maneira, saberá tão bem como eu que convém lermos aquilo que fundamenta a nossa opinião sobre as matérias. Repare que a Junta de Freguesia de Degracias legítima diz-nos que em relação às verbas, e talvez daí a expressão desnorte não seja a mais adequada, que foram atribuídas com um fim social, é isso que diz o acordo, foram gastas em despesas correntes, facturação corrente da Freguesia, designadamente no pagamento a várias facturas emitidas nos últimos dias do mandato da anterior Junta de Freguesia a vários fornecedores.”

O Senhor Presidente referiu que: “o Senhor Vereador acha anormal que uma qualquer Junta de Freguesia, em qualquer ano, ou até no ano eleitoral, invista 15.000,00 euros nos meses de Agosto, Setembro... acha isso anormal? Constatar-se um investimento de 15.000,00 euros durante três ou quatro meses e dizer que só ficaram 600,00 euros ou que faltam 600,00 euros...”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “primeiro, e estou a falar para o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa que referiu o meu nome, eu não sei qual é a ligação que o meu nome possa ter com as eólicas, com o vento, com aquilo que se está discutir porque referiu a minha entrevista no jornal. Segundo, gostava de lhe dizer que eu, como deve entender, não tenho nada a ver com os critérios jornalísticos e com os títulos que são colocados nos artigos.

***9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006***

Gostava ainda de lhe dizer, olhos nos olhos, que vou ser e continuar a ser uma Vereadora da oposição e vou continuar a ser comunista como sempre fui e como entrei na Câmara Municipal. Quanto aos Senhores, não estou preocupada com a vossa opinião, ela não conta nada, absolutamente nada, nas decisões que tomo, pelo contrário, ao darem-me essa opinião mostra que eu estou certa.

A forma como eu estou na política, como eu estou na vida, assenta em princípios e esses não passam, de modo nenhum, na base de insultos ou calúnias constantes em comunicados que os Senhores puseram cá fora, usando palavras que atentam contra a minha dignidade.

Encerro aqui o assunto e não irei falar mais sobre isso mas vai ver que, futuramente, terá mais novidades sobre a minha actuação na Câmara Municipal, trabalhando em conjunto com os Vereadores do Partido Socialista.”

O Senhor Presidente referiu que: “respondendo ao Prof. Fernando Martinho a propósito dos critérios jornalísticos... não é que isso tenha muito interesse para o desenvolvimento, mas por exemplo: esta notícia que nos diz “os dois juristas que dizem que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia estão a negociar bens públicos com um contrato de prazo ilimitado...”; outra notícia: o Dr. Serralha Duarte diz, socorrendo-se de uma comparação com o contrato de arrendamento de terrenos para o mesmo bem efectuado em Pombal, que naquele Concelho foram pagos 500.000,00 euros e em Soure foi 0... isto não são mentiras escandalosas, Senhor Prof. Fernando Martinho??? São mentiras escandalosas!!! e não critérios jornalísticos, nunca vi isto desmentido por vós em lado nenhum.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “queria fazer uma intervenção didáctico-pedagógica, evidentemente que não estou aqui para avaliar as palavras porquanto uns podem dizer-las outros não, estou a falar da “negociata”... Relativamente aos lucros que vossa excelência se informou eu, como vossa excelência deve saber, também não costumo falar de animo leve e informei-me e aquilo que obtive junto de algumas pessoas que estiveram neste processo, em vários pontos do país, é que o Parque Eólico das Degraças/Rabaçal é um dos parques mais rentáveis desta região, porque o que está subjacente a este parque são alguns custos de exploração. No que diz respeito aos custos de exploração relativamente aos arrendamentos dos terrenos, quer sejam eles de baldios, quer sejam particulares, são dos mais baixos que se praticam aqui na região e, se nós devemos estar preocupados com os baldios e com aquilo que eles rendem para os compartes, também devemos estar preocupados com as pessoas que têm terrenos e

*9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006*

que legitimamente devem ter melhores rendimentos. Sendo a serra uma região com algumas dificuldades e de pessoas com baixos rendimentos, quanto mais rendimentos melhor.

Quanto à minha intervenção didáctico-pedagógica era só para lhe lembrar que em documento datado de Outubro de 2004, há um estudo de impacto ambiental relativamente a Sicó 1 e Sicó 2, que são os dois Parques Eólicos, um em Soure e outro em Pombal, que entrou no ICN para consulta pública e que foi dada às entidades públicas. A Câmara Municipal, como entidade, também deve ter tido conhecimento deste parque, houve entidades que se pronunciaram, como a GIOTA e tenho aqui o parecer que fizeram. A Câmara Municipal deve ter tido conhecimento pois deve ter sido consultada.

A minha outra intervenção é uma sugestão, era de que a Entrepront e a Câmara Municipal acertassem os relógios. O pedido de esclarecimento da Câmara Municipal chegou depois da resposta, ou seja, ainda estamos mais rápidos que a luz, a Entrepront respondeu às 14.03h e a Câmara Municipal perguntou às 17.52h... pode ser que os relógios estejam desacertados...”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “pode fazer as diatribes mais ou menos engraçadas que entender à volta disto; pode recorrer a questões de natureza didáctico ou pedagógicas; pode dizer que a Sicó 1... o que lhe posso dizer é que não tenho nenhum pedido de licenciamento de obra particular de nenhum Sicó não sei o quê, agora se há um estudo de impacto ambiental que vai aos serviços, estes respondem nos termos da lei... centralizo aquilo que é para mim estratégico, portanto, não vamos pôr na minha boca o que eu não disse... eu disse que não há, na Câmara Municipal, nenhum licenciamento de obras particulares e mantenho.

O que importa à volta de tudo isto e o que é didáctico-pedagógico, é que por muito que assobemos para o lado e falemos de outras questões que justamente se colocam e que nos devem preocupar, não é com isso que apagamos que em determinado momento foram produzidas acusações que não eram verdade e isso está claríssimo, não sou eu que o digo, são os documentos que o comprovam. Já estou cansado de “bater nisso” porque já percebi a verdade toda e o contexto em que isso foi feito e porque é que foi feito.

Quanto à questão do “acerto do relógio” devo dizer-lhe o seguinte: se o Senhor Director de Departamento de Obras, na sua troca de faxes com a empresa, o fez primeiro por telefone, formalizou depois... é aquilo que menos me importa. O que sei é que um Director de Departamento para pedir a uma empresa que confirme qual foi a participação, pode pedi-lo primeiro ao telefone e confirmar depois por

***9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Maio de 2006***

escrito, não há nenhum mal nisso mas há uma coisa que lhe garanto... acha que isto é mentira? Vem da Administração de uma empresa... se está tão preocupado com o facto de que a empresa que é dona da Entreventos possa ter ou não alguma coisa com a empresa ao lado, quero-lhe dizer que não conheço, no plano da Administração, nem uma nem outra e nem estou preocupado em conhecer e quero-lhe dizer mais, é-me completamente indiferente que tenham escritórios na mesma rua, perto, longe, noutra rua, sabe porquê? É que quando tivermos alguma coisa para discutir, eles é que têm que saber onde é que está a Câmara Municipal.”

O Senhor Director de Departamento, Dr. Marcus Tralhão, pediu para intervir, tendo clarificado que o fax da Entreventos, das 14,03 horas, era do dia seguinte ao enviado pela Câmara Municipal.

Foi tomado conhecimento. -----

**Ponto 17. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006
. Apreciação de Propostas de Alteração - 3.ª/3.ª -.**

O Senhor Presidente referiu que se tratam apenas de meros “ajustes” decorrentes de maiores ou menores ritmos de execução de algumas acções.

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar as Propostas de Alteração - 3.ª/3.ª -. -----